

A importância da experiência colateral na semiose e no processo comunicativo

Aline Grego Lins - UNICAP

Palavras-chave: *semiose, signo, experiência colateral, observação colateral, contexto, objeto imediato e dinâmico, interpretante, processo comunicativo.*

Procurar analisar o papel da noção de **Observação Colateral** introduzida por Charles Peirce em sua Teoria Semiótica e as implicações dessa Observação Colateral, ora também denominada por ele de Experiência Colateral, na **semiose** e no **processo comunicativo**, constitui-se objetivo central do presente trabalho.

O tema Observação ou Experiência Colateral aparece em pouco mais de dez parágrafos de Charles S. Peirce, distribuídos, sobretudo, nos volumes 6 e 8, das publicações dos *Collected Papers* (1971). Entretanto, segundo os principais intérpretes da obra peirceana, entre eles, David Savan, J. Ransdell e J. Johansen, o maior número de textos deste pensador norte-americano destinados ao assunto ainda não foram publicados, eles encontram-se nos MS, os manuscritos de Peirce, disponíveis em microfilmes (1966), o que dificulta, de um certo modo, um maior acesso e, conseqüentemente,

uma maior socialização dos estudos sobre esses manuscritos. Mas isso não impediu que esses intérpretes reconhecessem a importância que Peirce atribuiu à questão da Experiência Colateral e que os mesmos desenvolvessem pesquisas sobre o assunto, a partir dos escritos peirceanos.

O presente trabalho, portanto, partirá, basicamente, de parte dos estudos desenvolvidos por esses intérpretes sobre a Observação Colateral, além, é claro, de textos do próprio Peirce (CP). Irá recorrer, ainda, aos trabalhos dos principais intérpretes brasileiros da obra peirceana, entre eles, Lúcia Santaella e Breno Serson. A partir desses elementos se buscará, neste trabalho, atingir o objetivo inicialmente citado, ou seja, o de analisar o papel da Experiência da Colateral na **semiose** e no **processo comunicativo**.

A Semiótica de C.S. Peirce revela a capacidade criadora dos signos para gerarem outros signos. Esse movimento, considerado infinito, porque busca um ideal, uma verdade, é um processo constante de geração, interpretação e expansão de signos, uma **semiose**. A semiótica peirceana aponta a relação triádica presente na semiose: signo - objeto e interpretante - como sendo fundamental para a compreensão da produção sígnica. O signo é a mediação entre o objeto e o interpretante, isto é, a mediação entre o que gerou o próprio signo (o objeto) e o efeito que esse signo produz (o interpretante). O signo é o que vai levar a uma Mente (que segundo Peirce não precisa ser necessariamente humana) algo do exterior, - o signo está justamente no lugar desse algo, o objeto, e irá provocar um efeito num intérprete (que também não é necessariamente humano, pode ser, por exemplo, uma inteligência artificial). Esse efeito é o que Peirce denomina de interpretante. (CP-1.339) Esse interpretante é ele também um signo.

Assim como a tríade é importante na semiose, a semiose, por sua vez, é importante no processo comunicativo. Ao reconhecer que semiose é a forma de agir dos signos, o modo como eles são interpretados, parece ser pertinente lembrar Joseph Ransdell (1977), para quem a concepção peirceana de semiose revela um processo interpretativo, processo esse que, teoricamente, é também característica do processo de comunicação. Pergunta Ransdell,

“o que é comunicação se não a produção de signos para serem interpretados?” (1977:171) Ora, interpretar signos pressupõe, além do próprio signo, a existência de objeto(s) e interpretante(s), portanto, a existência (ou possível existência) de **semiose**.

Gerar interpretante significa gerar outros signos; na verdade, a autogeração de signos só ocorre porque existe essa capacidade no signo de gerar interpretante. É preciso, entretanto, não confundir interpretante com interpretação, uma vez que o interpretante é o efeito que o signo produz, e não uma interpretação qualquer que um intérprete (humano ou não) possa dar ao signo. Ransdell (1983) chama a atenção para o fato de que, em Peirce, o conceito de interpretante independe da idéia ou de uma ação interpretativa, isto é, de uma resposta. Isso significa dizer que, independente da existência de um intérprete, o interpretante estará presente num signo. “Nenhum signo fala por si mesmo, mas exclusivamente por outro. Assim não existe nenhuma forma de se entender o signo a não ser pelo interpretante”, sentencia Buczinska-Garewicz (1981:193).

Entretanto, em relação ao objeto, o próprio Peirce aponta uma outra maneira para acessá-lo, além, é claro, do que já é fornecido pelo próprio signo, esse outro modo, esse outro caminho que ele denominou de Experiência ou Observação Colateral. Mas o que vem a ser o objeto do signo? Um dos intérpretes da semiótica peirceana, David Savan, afirma que, para Peirce, “o objeto é o ambiente empírico ao que temos conhecimento colateral, independentemente da ação do Signo. É o contexto, as circunstâncias, a situação que é compartilhada pelo signo e interpretante.” (Savan, 1977:190) O próprio Peirce esclarece que “para conhecer o Objeto, o que é preciso é a experiência prévia desse Objeto Individual.” (CP 8.181).

Nunca é demais lembrar que o signo representa o objeto, mas não é o Objeto. Existe, por isso mesmo, uma grande diversidade entre ambos. Para Santaella (1995) é justamente em virtude dessa diversidade que Peirce introduz a noção de experiência colateral. Ela funcionaria não só como um outro caminho para acessar o objeto, mas também como uma espécie de garantia, de segurança, ou melhor, de limite e controle dessa diversidade.

EXPERIÊNCIA OU OBSERVAÇÃO COLATERAL

“Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento o qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras”

Maurice Halbwachs

Halbwachs fala de testemunho, referindo-se à memória coletiva, e Charles Peirce fala de Experiência Colateral ao que apelamos como conhecimento necessário para entender, completar e fortalecer a compreensão da relação objeto e signo. Colateral é o que está ao lado, paralelo, mas pode significar também o que está numa cadeia, numa série ou numa linha, não necessariamente reta. (Buarque de Holanda, 1986:428) Na semiótica, Peirce explica: “com Observação Colateral não quero dizer intimidade (familiaridade) com o sistema de signos. O que assim é inferido não é colateral. Pelo contrário, constitui o pré-requisito para conseguir qualquer idéia significada do signo. Por observação colateral quero referir-me à intimidade prévia com aquilo que o signo denota” (CP - 8.179). Ou seja, a observação colateral diz respeito ao que está fora do signo, ao que está fora do interpretante, mas que pode ajudar na ‘interpretação’, por parte do intérprete, desse interpretante, conseqüentemente, do(s) signo(s) e de seu(s) objeto(s). Isso ocorre porque, apesar de ser um efeito produzido pelo signo, o que de fato o interpretante procura atingir é o objeto. (Santaella, 1995)

Mas como é possível garantir ao interpretante que o objeto ao qual ele se refere é (são) o(s) mesmo(s) objeto(s) que o(s) signo(s) representa(m)?, sobretudo se for levado em consideração a vocação sígnica para a semiose, portanto, para produzir signos e, conseqüentemente, interpretantes ad infinitum? (Santaella, 1995). Segundo Santaella, Peirce apontou três níveis de segurança: o do instinto, isto é, do universo das qualidades, fornecido, por exemplo, pelos sentimentos. O segundo nível de segurança fornecido pela experiência



(observação) colateral e o terceiro nível de segurança seria o da forma. O que vai interessar mais particularmente neste trabalho é o segundo nível de segurança, a experiência colateral. David Savan (1977) chegou a sugerir que esses signos que fornecem segurança, via experiência, fossem denominados de empíricos, o que parece justo, uma vez que a palavra empírica é aplicada ao que tem origem na experiência. Ainda para Savan, o objeto que determina o signo está inserido num contexto, e esse signo, por sua vez, determina o interpretante, que, em alguns casos, para se produzir num determinado intérprete, poderá requerer, desse intérprete, um conhecimento colateral.

Tentando explicitar melhor a mediação do signo com o objeto e o interpretante e, conseqüentemente, a presença de uma semiose, Peirce apresentou divisões para Objeto e Interpretante: de um lado estão os relacionados ao que acontece dentro do próprio fundamento do signo, isto é, internamente no signo, e do outro estão os relacionados ao que acontece externo ao signo, mas que o determina. Assim ele denominou de objeto e de interpretante imediato aos objetos e interpretantes representados no signo, ou seja, ao modo como eles se apresentam, como eles existem no interior do signo. E chamou de objeto e interpretante dinâmicos o que está fora do signo, mas que o determina (objeto) ou é consequência dessa determinação (interpretante). Peirce ainda apresentou um terceiro interpretante, denominado de interpretante final. Este seria o interpretante ideal, a direção que caminha em busca da verdade, que ruma para o inatingível 'real': "O interpretante Final não consiste no modo pelo qual qualquer mente de fato age, mas no modelo pelo qual toda mente agiria. Isto é, ele consiste numa verdade que poderia ser expressa numa proposição condicional da seguinte forma: 'Se tal e tal tivesse que acontecer a qualquer mente, este Signo determinaria esta mente tal e tal conduta'" (CP - 8.315)

Entretanto, é no campo do objeto e do interpretante dinâmicos, e mais especialmente do objeto dinâmico, que Peirce parece ter apontado e dado mais ênfase à importância da necessidade da observação, da experiência colateral. É preciso antes esclarecer que o objeto dinâmico seria, na verdade, o objeto real, aquele, portanto,

que o signo representa, mas cuja representação nunca é completa. Para Peirce, o objeto dinâmico é apenas indicado pelo signo, uma vez que, por sua própria natureza, o signo não consegue expressá-lo totalmente. (CP 8.314) Dessa forma, ele deixa, de um certo modo, para o intérprete a tarefa de descobri-lo, ou pelo menos parte dele, através da experiência colateral.

Assim, não sendo o signo objeto em si, mas uma representação, uma vez que, através do objeto imediato, por exemplo, só é possível ter acesso ao que se pode num signo ser representado, quer dizer, por mais esforço que ocorra, a mediação realizada pelo objeto imediato será sempre parcial, esse signo acaba sendo marcado, quase sempre, pela vagueza e pela generalidade que poderá, de um certo modo, ser abrandada, para não dizer reduzida, através da experiência colateral. Isto é, "Um signo é objetivamente geral à medida em que, deixando sua interpretação efetivamente indeterminada, ele abandona aos intérpretes o direito de completar a determinação da forma que este último deseja [...] Um signo é vago à medida em que, deixando sua interpretação parcialmente indefinida, ele reserva a algum outro signo ou experiência possível a função de compreender sua definição"(Serson, 1997: 81) A experiência colateral do objeto, dessa forma, contribuiria para diminuir, em parte, esse grau de generalidade e de vagueza que geralmente acompanha um signo, uma vez que estaria delimitando, ou melhor, reduzindo o campo de diversidade, naturalmente existente entre objeto e signo.

Em outras palavras, para tentar ter outras formas de acesso ao objeto em si, a mente do intérprete que o interpretante poderá atingir (ou não), terá condições de recorrer, além do objeto e do interpretante imediatos, fornecidos pelo próprio signo, a experiência colateral, que está fora do signo, mas que faz parte do seu contexto. (Savan, 1977). Nesse processo, então, a experiência colateral desenvolve o papel de um complemento, um elemento a mais em busca de objetos e Interpretantes ideais, justamente tentando suprir as carências colocadas pela vagueza e generalidade apresentadas pelo signo. Afinal, o que o signo consegue representar é apenas uma parte, um aspecto do objeto, e não o todo. Explica Peirce: "Toda exata parte da compreensão de um Signo para a qual a Mente

Interpretadora necessitou de observação colateral acha-se fora do Interpretante...Assim, se o Signo for a sentença 'Hamlet era louco', para entender o que ela significa, uma pessoa deve saber que os homens por vezes apresentam-se transtornados, a pessoa deve ter visto anteriormente loucos ou ter lido acerca do assunto; e tudo correria melhor se soubesse especificamente qual era (não necessitando presumir) a concepção shakesperiana da insanidade. Tudo isso constitui Observação Colateral e não é parte do interpretante". (CP - 8.179)

Segundo Savan, este algo que a Mente Interpretadora precisa e que está fora do Interpretante e que diz respeito ao objeto está no contexto dinâmico do signo. Esse contexto se revelaria através do objeto dinâmico e do interpretante dinâmico, sendo que o objeto é "o que revela de fato o que produz o signo, e o interpretante dinâmico, o efeito produzido pelo signo" (Savan, 1977:193). Ele recorre a noção de contexto do signo para tentar melhor explicar o papel que o objeto, em especial o objeto dinâmico, desempenha nessa relação.

Apesar de Peirce não ter formulado, formalmente, essa ligação, segundo Santaella (1995) ele teria deixado algumas pistas, sugestões, nesse sentido. Alguns dos intérpretes da obra peirceana tentam, então, seguir essas pistas. Para Savan, por exemplo, o contexto é o meio através do qual "alguma coisa, o objeto, que faz o signo verdadeiro ou falso, correto ou incorreto, pode ser identificado" (Savan, 1976:17), ou seja, ele acredita que é por meio desse contexto que o signo se liga ao seu objeto e ao(s) interpretante(s) que está(ão) colateralmente relacionados. Assim, entendemos, através do conhecimento (experiência) colateral, também presente no contexto (uma vez que o contexto do signo não se reporta, apenas, às informações de um signo específico), contribuiria para a busca de uma maior "fidelidade" entre interpretante(s) dos signos e os objetos a que ele se reporta, ou seja, aquilo que Peirce denominou de nível de segurança.

Através do contexto presente nessa relação, o signo é capaz de fornecer informações, para um intérprete, sobre o objeto, também, é claro, através de seu interpretante. Mas essas

informações, foi dito acima, não dependem só do signo específico, do signo em questão, elas são fruto também de informações anteriores, de uma experiência sobre o objeto "adquirida colateralmente, de algum outro modo, provavelmente por meio de diferentes signos anteriores". (Savan, 1976:16) Como bem lembra Santaella, "é pela experiência que o interpretante de um signo confirma que, de fato, existe algum objeto com as características indicadas pelo signo". (1995:195)

Obter conhecimento colateral sobre o objeto revela-se, portanto, importante para designar signos e, conseqüentemente, interpretantes, o que garante, de certo modo, a existência da própria semiose, na qual a cadeia sígnica possa ser continuada. Esse ponto indica não haver dúvida sobre a importância de se compreender o papel desempenhado pelo Objeto no processo sígnico, mas é igualmente importante estar atento, também, ao fato de que, apesar de o signo ser determinado a partir do objeto, esse mesmo objeto só se torna acessível a partir da mediação do próprio signo. Vale lembrar ainda que a Observação Colateral é, também, conseqüência da produção de signos e, conseqüentemente, alimentadora da semiose, sendo, ao mesmo tempo, portanto, produto e produtora de semiose.

Parece pertinente afirmar que a experiência colateral é campo fértil e contribui para que novos signos sejam produzidos e, conseqüentemente, se produzam interpretantes na(s) mente(s) do(s) intérprete(s) desses signos. E é ao intérprete que o conhecimento colateral do objeto vai mais de perto interessar, vai ajudar; fazendo com que ele seja capaz de compreender o signo e, desse modo, com que se desenvolva um ambiente propício para que o signo possa cumprir sua função. "O intérprete de um signo deve ter alguns conhecimentos colaterais, direta ou indiretamente, com cada objeto do Representamen antes de poder interpretar sua função" (Peirce - MS 675 - In: Serson, 1997:74).

Jonh Deely (1990) fornece um bom exemplo sobre a importância da experiência colateral para um processo de interpretação, ou melhor, de reconhecimento de significação de um signo. Ele nos convida a supor que um jardineiro qualquer encontre um pedaço de osso (um fóssil),



bastante conhecido pelos paleontólogos especializados no Pleistoceno. O jardineiro, entretanto, não reconhece, nesse pedaço de osso, um fóssil de importância científica, e pode mesmo confundir-lo com uma pedra comum e até jogá-lo no lixo. Mas Deely não pára por aí, ele pede ainda para supor que, nesse momento, um paleontólogo, perito em Pleistoceno, se aproxima do jardineiro e pede para verificar, examinar, esse achado. Segundo Deely, o paleontólogo só se preocupou em examinar o fóssil porque, no fundo, ele tinha “um vislumbre de suspeita, um traço de reconhecimento. Graças a seu treinamento, uma certa terceiridade já estava entrando no fato bruto em nível de secundidade” (1990: 68). Ou seja, o conhecimento do paleontólogo sobre o Pleistoceno foi a observação colateral necessária para que a possível ‘pedra’ pudesse ser reconhecida, por ele, como fóssil. Isto é possível acontecer, se levarmos em consideração que, apesar do intérprete não ser elemento central na semiótica periceana, não significa que ele não tenha também sua importância. Segundo Ana Maria Zilocchi, o papel reservado ao intérprete não é nem o da passividade, nem muito menos o da centralização, entretanto, “Peirce percebeu que o espaço do intérprete é o presente e, portanto, capaz de atualizar o objeto dinâmico (passado). Em cada ato de leitura, o signo renasce atualizado e potente” (Zilocchi, 1997:80).

EXPERIÊNCIA COLATERAL E PROCESSO COMUNICATIVO

Se no processo comunicativo interno de uma relação sónica, *a semiose*, a experiência colateral revela-se fundamental, o que dizer do processo comunicativo desenvolvido pelas diversas linguagens, humanas ou não, que permeiam e habitam o nosso mundo plural? A resposta deverá ser igualmente positiva. Nas comunicações humanas, por exemplo, a experiência colateral apresentada pelos intérpretes mostra-se, muitas vezes, importante, para não dizer indispensável, à compreensão de um processo sónico. Ela não só economiza tempo nessa comunicação, uma vez que não se torna necessário repetir ou evocar uma série de signos, porque já se parte (o emissor) do pressuposto que o intérprete (o receptor) é

portador de uma certa experiência, o que agiliza e torna mais claro, digamos assim, o processo comunicativo, como também é a experiência colateral alimentadora e propiciadora da continuidade desse processo comunicativo, que é produzir linguagens e que, no fundo, é um processo de semiose, um processo gerador de signos.

Um signo como uma palavra, por exemplo, só será capaz de “possuir um significado para nós, na medida em que somos capazes de utilizá-la para comunicar nosso conhecimento a outros e na medida em que somos capazes de apreender o conhecimento que os outros procuram comunicar-nos” (CP-8.176), muitas vezes esse significado só é possível de ser apreendido se intérprete e emissor compartilham de experiências colaterais comuns. “Do mesmo modo que uma designação não pode denotar nada a não ser que a mente interpretadora esteja familiarizada com o que ela denota, também um reagente não pode indicar nada, se a mente já não estiver familiarizada com sua conexão com o fenômeno que ele indica” (CP-8.368). No caso, se uma pauta jornalística, por exemplo - um documento produzido pela redação para auxiliar o repórter na feitura da reportagem - as observações, informações colaterais são as referências que estão justamente fora do interpretante, e até, neste caso, do objeto, que determina o signo, ‘a notícia’, mas que são necessários para que o acontecimento, o fato, possa ser abordado pelo repórter. “O que aparece a mais na pauta, tanto em termos de regras, como informações de contextualização da ocorrência, são observações colaterais” (Henn, 1996:95)

A natureza dos signos desafia-nos, assim, a responder contínuas indagações, “semiose é um diálogo de questões”, ressalta David Savan (1997:188), que estamos sempre procurando responder, mas que dificilmente atingimos a resposta final, ou melhor, ideal. A experiência colateral, por vezes, ajudam nesse caminho (claro que aqui é necessário levar em consideração a referência à semiose de signos genuínos, ou seja, aquela onde o interpretante passa por todos os estágios rumo a um interpretante final, ideal) afinal, há casos, e isso é, inclusive, o mais freqüente, de signos que não exigem nem de interpretante, nem de intérprete,

grandes esforços para serem compreendidos, são os casos dos índices, por exemplo.

Entretanto, do mesmo modo que a experiência colateral pode ajudar o intérprete no processo comunicativo e, conseqüentemente, na possibilidade de alimentação da semiose, ela pode, também, atuar de forma contrária, confusa. Caso não sejam devidamente explicitados os elementos envolvidos no signo, algumas confusões poderão ser estabelecidas. Basta existirem signos que, a princípio, revelem-se muito parecidos ou invoquem alguma semelhança.

Tomemos como exemplo um fato jornalístico. As manchetes de jornais procuram, na economia de signos, apresentar o máximo de informação. Mas tal economia, aliada a uma experiência colateral, pode provocar alguns erros de interpretação. Imaginemos que uma manchete na página (editorial) de política de um jornal estampe o seguinte: "FHC estupra menina de 5 anos". Muita gente, certamente, tomaria um grande susto, fazendo uma ligação da sigla FHC, ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, uma vez que é com essa sigla que os jornais, normalmente, identificam o presidente, identificação essa que a população de leitores também está 'habituada' a absorver e reconhecer como natural. Entretanto, lendo o interior da matéria, referente à manchete colocada acima, o leitor logo poderia descobrir o erro na interpretação e desfazer o engano. A notícia na verdade poderia ser a seguinte: 'o menor FHC (Francisco Hélio Costa), de 15 anos, é acusado de violentar a menor de 5 anos, BB.' (Em outros tempos, sobretudo num jornal sobre cinema e, claro, não exibindo a informação de que se trata de uma menor, esse signo BB também poderia ser confundido com a sigla da atriz francesa, Brigitte Bardot).

Enganos desse tipo no processo interpretativo, como bem alerta Ransdell, em geral, não é conseqüência de um interpretante equivocado e sim de uma interpretação equivocada: "o conteúdo objetivo de uma interpretação equivocada é um interpretante que está de um modo ou de outro, sendo construído erroneamente na interpretação, considerando-se sua relação com o signo e ou seu objeto" (Ransdell - In: Santaella: 1995:27). Uma interpretação equivocada é construída, portanto, num contexto,

do qual faz parte, claro, a experiência colateral, conhecimentos colaterais dos quais são portadores os intérpretes do(s) signo(s).

Isso nos leva a entender porque Savan põe ênfase na questão do contexto do signo. Para compreender algumas informações sobre o objeto que o signo, sozinho, não consegue representar, é importante, também, observar esse contexto em que o signo está inserido. Além de Savan, Jonhansen também considera importante compreender o(s) objeto(s) que determina(m) o(s) signo(s), a partir do contexto, que ele se refere como sendo 'universo do discurso', "identificar e entender o universo do discurso, uma outra experiência do que a intermediação do próprio signo é necessário." (Jonhansen, 1993: 204).

Um processo comunicativo exigirá dos personagens nele envolvidos não só o domínio do sistema de signos, o que Peirce considera pré-requisito para que seja possível compreender a idéia mesmo de significado dos signos, mas vai exigir ainda desses emissores e receptores (intérpretes) conhecimentos colaterais compartilhados, relação essa que se aproxima da noção de Repertório introduzida pela Teoria da Informação.

As exigências se fazem necessárias, claro, a processos comunicativos mais complexos. "A análise da idéia de conhecimento colateral...adquire maior valor pragmático no contexto da comunicação entre inteligências científicas, onde os signos trocados comportam sempre um grau de indefinição (vagueza) em relação a algum aspecto" (Serson, 1997:75). Mas alguns são processos comunicativos tão simples ou tão usuais, cotidianos, que dispensam grandes esforços. A saudação de um bom dia é um desses exemplos. Um sinal de fumaça, por sua vez, certamente indicará a um intérprete, sem problemas, que, naquele local, alguma coisa, algo está pegando ou pegou fogo recentemente.

Mas nem sempre nossa comunicação é tão simples, ou tão indicial, muitas vezes ela vai exigir mais esforços para ser compreendida, vai exigir mais empenho para que a rede sónica nela estabelecida possa cumprir sua função, é aí que interpretantes, objetos, os signos, enfim, serão fundamentais no 'jogo da representação', mas igualmente determinante será a presença da



experiência colateral nesse processo. É dessa soma de elementos que a **semiose** - usina geradora de signos - se faz presente e necessária.

CONCLUSÃO

Antes de mais nada, é necessário reconhecer que, apesar da escassa bibliografia sobre o tema, que em parte criou dificuldades para uma pesquisa mais aprofundada, uma vez que existem poucos títulos sobre o assunto (melhor seria até dizer capítulos) foi possível, no nosso entender, atingir o objetivo deste trabalho, ou seja, o de procurar compreender, mais particularmente, a questão da experiência colateral, levando em consideração, sobretudo, a sua importância para a semiose e para o próprio processo de comunicação, em especial, a comunicação humana.

Se uma das razões da experiência colateral, reconhecem alguns dos principais intérpretes de Peirce, (Lúcia Santaella e os acima citados) é o de permitir uma outra forma de acesso ao objeto, além da já fornecida pelo próprio signo, e levando em consideração que a tríade apresentada por Peirce, ou seja, Objeto - Interpretante - Signo, não é composta por elementos que existem de forma separada, estanque, mas funcionam em conjunto, como movimento, e levando em consideração, também, que essa tríade é que possibilita a existência da semiose, devemos concluir que a experiência colateral se torna igualmente importante, não só para o acesso ao(s) objeto(s) presente(s) na semiose, mas para a fecunda existência da própria semiose, uma vez que a sua existência não estará presa ao que poderá ser representado pelo(s) signo(s). Ela também será garantida por inúmeras informações, muitas vezes anteriores até ao próprio signo, e desencadeadoras, por que não, de novos signos. Aliás, essas informações colaterais são elas mesmas também reveladas através de signos.

Além disso, a experiência colateral garante, também, o elemento segurança,

ressaltado por Santaella (1995), através do qual é possível diminuir o grau de diversidade existente entre objeto e signo, uma vez que, por meio de informações colaterais, pelo ambiente empírico que envolve o signo (Savan, 1976), interpretante e intérprete, sobretudo intérprete, terão mais de uma fonte, além do próprio signo, para buscar a representação 'ideal' do objeto. Fica claro, ainda, o papel do intérprete na utilização dessa experiência, baseado nesse elemento a mais, nesse conhecimento em relação ao objeto, ele terá mais chances de evitar interpretações equivocadas.

A noção de experiência colateral como elemento de segurança nos parece particularmente mais importante para a questão da comunicação, em especial da comunicação humana, uma vez que ela não só significará a tentativa de eliminação, ou melhor, de diminuição, da vagueza e diversidade dos signos, mas redundará na economia mesmo de signos, e, como consequência, na otimização do próprio processo comunicativo.

Revela-se, assim, a importância da experiência colateral nesses dois níveis - na semiose porque ela não é só produto, mas também produtora de novos signos, e na comunicação, porque o próprio universo do processo comunicativo requer, como pré-requisito, a existência de repertório(s) (teoria da informação), de contextos (Savan) para sua existência. Nesse aspecto, a experiência colateral torna-se imprescindível. Um exemplo rico dessa atuação pode ser encontrado nos meios de comunicação, de massa ou não, e, mais especialmente, nos processos de comunicação jornalísticos, tema também de interesse de nossas pesquisas, onde informações, transformadas em signos 'notícias', são resultado não só da capacidade de representar o presente, o atual, criar signos que contemplem essa contemporaneidade, mas de compreendê-lo, também, a partir de outros signos, de outros objetos, muitas vezes anteriores (passados), mas que, no contexto, e através da experiência colateral, que ambientam o contexto do signo, podem ser, quando necessário, atualizadas. Aí esteja, talvez, o elemento mais determinante e enriquecedor dessa experiência.

BIBLIOGRAFIA

- BENSE, Max. (1990). *A Pequena Estética*. São Paulo: Perspectiva
- BUCZINSKA-GAREWICZ, H. (1981). "The Interpretant and a system of signs". *Ars Semiótica*, 4(2)187-200
- _____ (1983). "The Reality of Signs". *Semiótica*, 45(3/4):315-330
- DEELEY, Jonh (1990). *Semiótica Básica*. Tradução Júlio C. M. Pinto. São Paulo: Ática.
- HALBWACHS, Maurice. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HENN, Ronaldo. (1996). *Pauta e Notícia*. Pelotas: Editora Ulbra
- JOHANSEN, J.D. (1985). "Prolegomena to a semiotic theory of text interpretation". *Semiótica*, 57(3/4)225-288
- _____ (1993) *Dialogic Semiosis - na Essay on Signs and Meaning*. Blomington e Indianápolis: Indiana University Press
- PEIRE, C.S. *The Collected Papers (1-6): Scientific Metaphysics*. Book 1: *Ontology and Cosmology* Chapter 12: *Notes on Metaphysics Past Masters - CD-ROOM Data Bases - Intellex Corporation, 1992*
- _____ (1977). *Semiótica*. Tradução J. Teixeira Coelho Netto, São Paulo: Perspectiva
- _____ (1972). *Semiótica e Filosofia*. Tradução Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1974) *Escritos Coligidos*. Seleção de Armando M. d'Oliveira Tradução Armando M. d'Oliveira e Sérgio Pomerangblum. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores, XXXVI)
- RANSDELL, J. (1977) "Some Leading Ideas of Peirce's Semiotic". *Semiótica*, 19(3/4)157-178
- SANTAELLA, Lúcia. (1992). *A Assinatura das Coisas. Peirce e a Literatura*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____ (1993). *A Percepção: Uma Teoria Semiótica*. São Paulo: Experimento
- _____ (1995). *A Teoria Geral dos Signos - Semiose e Autogeração*. São Paulo: Ática
- _____ (1996). *O que é Semiótica*. (13ª. edição). São Paulo: Brasiliense
- SAVAN, D. (1976). *Introduction to C. S. Peirce's full system of semiotic*. Toronto: Toronto Semiotic Circle, 1)
- _____ (1977). "Questions Concerning Certain Classifications, Claimed for Signs". *Semiótica*, 19(3/4)179-195
- SERSON, Breno. (1997). *Introdução à Semiótica Peirceana*. Caderno de Leituras e Bibliografias do curso da disciplina de Semiótica Peirceana, do COS-PUC, São Paulo.
- TEIXEIRA COELHO NETTO, J. (1996). *Semiótica, Informação e Comunicação*. 4ª. edição, São Paulo: Perspectiva
- ZILOCCHI, Ana Maria D. (1997). *Do Seu Olho Sou o Olhar*. Tese de Doutorado COS-PUC, São Paulo.

